



A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola

Ermelinda Liberato¹

RESUMO

A política educativa para o ensino superior em Angola foi, durante muitos anos, orientada para o envio de estudantes ao exterior. Se durante o período colonial as alternativas passavam sobretudo por Portugal, depois da independência e com o início da guerra civil, os países aliados (socialistas) passaram a assumir destaque. Com o colapso do comunismo, a adoção de uma política liberal e, posteriormente, o fim do conflito armado Angola, entra numa nova fase, assumindo a formação superior e a qualificação de recursos humanos papel de destaque no que toca à reconstrução do país e o seu processo de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Educação, Ensino Superior, Angola, Desenvolvimento.

Recebido em 13/07/2016
Aceito para publicação em 23/07/2016

Introdução

O desenvolvimento e a educação estabelecem uma relação primordial com o bem-estar geral das populações, tal como está firmado nos objetivos do desenvolvimento do milénio (ODM) que os 189 estados presentes na Cimeira do Milénio, em 2000, na cidade de Nova Iorque, concordaram em esforçar-se por atingir.

Dada a importância desse relacionamento e, considerando que Angola se encontra numa fase de reconstrução nacional em que mais do que nunca a educação assume o papel primordial para a construção do desenvolvimento em todas as suas vertentes, propomo-nos abordar aqui esse tema, recorrendo à análise do material recolhido durante a elaboração do trabalho de campo em Luanda realizado no âmbito da participação no projeto de investigação

¹ Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho neto (FCS-UAN), Professora auxiliar da FCS-UANe Investigadora do CEI-IUL-Lisboa. Email para contato: ermelinda.liberato@gmail.com.

“Formação Superior e Desenvolvimento: Cooperação Portuguesa com os PALOP”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), tendo o Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (CEA-IUL) como instituição de Acolhimento. Formação superior e representações de desenvolvimento são os temas que nos propomos abordar nesta apresentação.

Para o efeito, utilizamos como metodologia principal de recolha de informação a entrevista semidireta, aplicada a ex-estudantes que realizaram a sua formação superior no exterior e que já se encontravam a exercer a sua atividade profissional em Angola. Para a realização das entrevistas, e dado tratar-se de um estudo exploratório, a seleção dos entrevistados foi sendo realizada em rede, isto é, à medida que realizávamos as entrevistas, sendo os novos contatos cedidos pelos próprios entrevistados. As entrevistas foram conduzidas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, a sua maioria tendo tido lugar no local de trabalho dos mesmos, tendo sido, nalguns casos, gravadas e noutras, registadas manualmente, dependendo do grau de inibição e constrangimento dos entrevistados, que foram sempre incentivados a falar abertamente das suas experiências, a dar o seu testemunho e a exprimirem as suas ideias, sem limites de tempo. As entrevistas foram realizadas na cidade de Luanda durante os meses de Junho, Julho e Agosto de 2010. No total foram realizadas 26 entrevistas.

No decorrer da análise das entrevistas constatámos que, para os entrevistados, o acesso ao ensino superior no estrangeiro esteve ligado a diferentes contextos históricos de Angola, sendo as suas trajetórias de vida traçadas de acordo com estes acontecimentos. Se alguns provêm da base da estrutura social e só acederam à educação escolar por intermédio das missões religiosas, outros usufruem da política socialista e dos decorrentes esforços de massificação da educação; outros ainda têm a possibilidade de escolher entre ensino público ou privado. Se uns têm pais analfabetos, outros os têm escolarizados e outros têm mesmo pais detentores de um diploma universitário.

Essas diferentes vivências e percursos interferiram na visão de cada um sobre a educação e formação e a sua importância, bem como sobre a ideia de desenvolvimento.

Para melhor delimitação e compreensão do objeto de estudo agrupámos, assim, os entrevistados em três grupos geracionais: geração 1 (G1), geração 2 (G2) e geração 3 (G3). Cada um desses grupos geracionais representa um percurso estudantil que os caracteriza e os distingue dos demais, com características comuns, tais como a formação superior realizada no exterior, e

características específicas, como por exemplo o significado que cada um atribui ao conceito de desenvolvimento.

Trata-se, assim, de pessoas que passaram pelo mesmo tipo de influência educativa, política ou cultural, que se refletiu nos seus percursos de vida e que influenciaram as suas visões do mundo bem como moldaram a sua identidade. “*Cada geração é por isso, em si mesma, um reflexo de fatores de mudança*” (FARIA & LIBERATO, 2013) que se refletem não só a nível coletivo (sociedade), como a nível individual. Todas as suas atitudes e ideias são assim moldadas não só pela sua experiência pessoal, como também pelos contextos históricos e sociais que cada um vivenciou, nomeadamente, o período colonial, o período pós-independência, a construção do Estado socialista o estabelecimento da paz, o retorno à guerra (1992) e posterior estabelecimento definitivo da paz (2002) e respetiva construção do Estado democrático.

Temos, assim, uma G1, composta essencialmente pelos estudantes “mais velhos”, que se caracteriza sobretudo por terem beneficiado de uma bolsa de estudos do Estado angolano, também designados aqui por “bolseiros”. A segunda geração (G2) é composta por jovens que iniciaram o seu percurso educativo no período pós-independência e de construção do Estado socialista. Identificamos ainda um terceiro grupo, de uma geração composta por indivíduos “mais jovens” (G3) que cresceram numa sociedade que, embora marcada pela guerra civil, apresenta-se mais aberta, e com mais hipóteses de escolha. Embora com percursos de vida diferentes, a G2 e a G3 apresentam-se como “herdeiras” de algum capital escolar adquirido pelos seus progenitores, enquanto que a G1 corresponde à primeira geração de estudantes com educação avançada na família. Dos entrevistados, 8 inserem-se na G1, 10 inserem-se na G2 e 8 inserem-se na G3.

Iniciamos a nossa apresentação com uma breve discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento e a sua relação com a educação. Em seguida, apresentamos a análise dos dados recolhidos durante a realização do trabalho de campo, nomeadamente, as representações de desenvolvimento dos ex-estudantes e do modo como se veem a si próprios enquanto agentes de mudança do seu país.

O Conceito de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos conceitos mais abordados nos últimos anos. Sendo referência em todos os discursos, sejam políticos,

económicos ou sociais, dos governos e instituições internacionais, a ideia de desenvolvimento enraizou-se profundamente na realidade social mundial. Tido como um objetivo necessário e desejável a atingir por todos os países, passou-se, como vimos, da tónica no crescimento económico (no período do pós-guerra) para desenvolvimento humano e social (a partir de 1990).

Depois de trinta anos de crescimento que se registaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se períodos de crise económica que afetaram o equilíbrio da economia mundial. Os choques petrolíferos da década de 70, a que se seguiu a crise da dívida e os programas de ajustamento estrutural, deterioraram as condições de vida da maioria da população dos países em desenvolvimento, que viram a sua situação atingir níveis de empobrecimento que conduziram a situações dramáticas de fome, doença e de restrição de bens essenciais. Este acentuar da situação destes países economicamente periféricos levou à redefinição do próprio conceito de desenvolvimento.

É na sequência destes debates que surge o conceito de “desenvolvimento humano” criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A este novo conceito está associada a elaboração de políticas que visassem a eliminação da pobreza, mas que, simultaneamente, tivessem em consideração a melhoria da dignidade humana das populações alvo. Num relatório do PNUD, publicado em 1990, encontramos a seguinte declaração:

A verdadeira riqueza de uma nação está no seu povo. O objetivo básico do desenvolvimento é a criação de um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas (PNUD, 1990, p. 9).

As pessoas surgem assim como a finalidade do desenvolvimento. Nesta formulação considera-se não só o seu bem-estar, mas também a sua oportunidade de escolha:

O desenvolvimento humano é um processo mediante o qual se ampliam as oportunidades dos indivíduos, proporcionando uma vida longa e saudável, o acesso à educação e um nível de vida decente. As escolhas adicionais incluem a liberdade política, os direitos humanos garantidos e o respeito próprio (PNUD, 1990, p. 33).

Associado ao conceito de desenvolvimento humano foi introduzido um novo

indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que,

simboliza a mudança no pensamento, ainda que não capture plenamente a riqueza do desenvolvimento humano. Como medida composta da saúde, da educação e do rendimento, o IDH avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de desenvolvimento mais amplo do que o permitido pelo rendimento (PNUD, 2010, p. 13).

O desenvolvimento passa assim a ser medido, não somente por meio da qualidade de vida numa perspectiva económica (distribuição dos rendimentos) do país (PIB *per capita*), mas incorpora igualmente a dimensão da educação, medida pela taxa de alfabetização e a situação na saúde, medida pela esperança de vida à nascença. Estas três dimensões constituem por isso pontos de referência para a implementação de medidas e políticas tendo como objetivo a melhoria das condições de vida bem como a sua dignificação.

Assim, falar de desenvolvimento hoje significa falar de melhoria das condições de vida, por meio do acesso a condições básicas de existência (educação e saúde), do aumento das oportunidades e das capacidades (capital humano). O direito ao desenvolvimento assenta no preceito de que todo o ser humano deve viver uma vida livre e digna na sua comunidade (DAVID, 2011, p.37). Para Amartya Sen, o desenvolvimento deve ainda ser encarado como um processo de expansão e garantia de liberdade para todas as pessoas.

O desenvolvimento tem que ser mais referido à promoção da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos. Alargar as liberdades que, com razão, valorizamos não só torna as nossas vidas mais cheias e desimpedidas como também nos permite sermos pessoas socialmente mais completas, dando expressão à nossa vontade e interagindo com - e influenciando - o mundo em que vivemos (SEN, 2003, p. 30-31).

Para além dessas dimensões, Sen introduz uma outra, a dimensão política. Este economista vai ao encontro da ideia expressa nos relatórios do desenvolvimento humano de que o processo de desenvolvimento das sociedades assenta sobretudo na formação de sistemas democráticos que permitam a criação de condições para que as pessoas passem a ter uma participação mais ativa e interventiva na sociedade em que estão inseridas. No entanto, e ainda de acordo com os relatórios de desenvolvimento humano, verificamos que apesar de tímidas melhorias no IDH de alguns países em desenvolvimento, a nível global verifica-se a continuidade das condições precárias nas mais variadas partes do globo, com destaque para a África subsaariana. Por esta razão, e tendo em conta o contexto de globalização económica que caracteriza as sociedades

atuais, o PNUD alterou a sua fórmula de cálculo das dimensões da educação, saúde e rendimento, a partir do ano de 2010, mantendo, contudo, a sua essência. Assim, no cálculo para a dimensão educação “*é substituída a alfabetização pela média de anos de escolaridade, bem como as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados*” (PNUD, 2010, p.15). Em relação à dimensão do rendimento, o indicador PIB² é substituído pelo RNB³. Esta nova fórmula de cálculo tenta acompanhar as transformações sociais que ocorrem continuamente e sobretudo dar continuidade às reformas que precisam de ser realizadas para que o desenvolvimento humano continue a registar melhorias. De igual modo, pretende “isolar” cada uma das dimensões:

O IDH é a medida geométrica dos três índices de dimensão. O fraco desempenho de qualquer das dimensões reflete-se agora no IDH e já não existe substituíbilidade perfeita entre dimensões (PNUD, 2010, p.15).

Fruto desta alteração, o IDH referente ao ano de 2010 para Angola cai relativamente ao ano anterior. Para o ano de 2009, Angola apresentou um IDH de 0,564, ocupando a posição 143^a, com uma classificação de desenvolvimento humano considerada pelo PNUD “média”. No ano de 2010 regista-se uma descida destes valores para 0,403, passando Angola a ocupar a 146^a posição entre 169 países do mundo. No ano de 2011 o IDH de Angola volta a registar uma queda para a posição 148^a com um IDH de 0,486, posição que mantém em 2012, com o IDH de 0,508. Esta diferença de valores é justificada pela aplicação da nova metodologia de cálculo que aludimos. Deste modo, os subseqüentes níveis de ensino ganham destaque uma vez que, nos referidos países, depois do ensino primário regista-se normalmente uma forte quebra do número de matrículas. Pretende-se deste modo colocar uma maior ênfase nos outros níveis de ensino, entre os quais destacaremos, no presente estudo, o ensino superior.

² PIB (Produto Interno Bruto): somatório do valor acrescentado por todos os produtores na economia, residentes ou estrangeiros e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção, calculado sem fazer deduções por depreciação de ativos de capital fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais (PNUD, 2010, p.233).

³ RNB (Rendimento Nacional Bruto) *per capita*: somatório dos valores acrescentados por todos os produtores residentes na economia e no estrangeiro e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção mais as receitas líquidas do rendimento primário (compensação de empregados e rendimentos prediais) do exterior, dividido pela população a meio do ano (PNUD, 2010, p.234).

A Formação Superior de Angolanos

Angola herdou um sistema educativo seletivo que promovia as desigualdades sociais e raciais, uma vez que assegurava a transmissão de uma cultura ocidental, não acessível à maioria da população. No interior desse sistema, a ascensão social era determinada pela adoção de hábitos e costumes europeus e as escolas limitadas às áreas urbanas, tendo a restante população sido deixada numa situação de abandono e conseqüente analfabetismo. Em consequência dessa política, Angola chega à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85 por cento, uma das mais elevadas do mundo (PNUD-Angola, 2002, p.26). Esta situação dramática levou o novo governo nascido depois da independência a dar grande prioridade à educação, aplicando nesta área grandes investimentos e assumindo a formação de recursos humanos como essencial para o desenvolvimento do país.

Apesar da alfabetização e do ensino primário terem sido apontados como setores educativos prioritários, o ensino superior sofreu igualmente algumas alterações decorrentes da nacionalização do ensino no período pós-independência. Desde logo, a Universidade de Luanda dá origem à Universidade de Angola (1976) e, posteriormente, em 1985, à Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro Presidente da República e igualmente primeiro reitor da referida instituição.

Desde o início que a Universidade Agostinho Neto se debateu com dificuldades de funcionamento, sobretudo no que respeita aos lugares vagos deixados pelos professores portugueses que saíram de Angola. Com o passar dos anos, outras debilidades foram surgindo tais como o aumento galopante do número de alunos que a instituição não consegue suportar, a falta de instalações e de outras infraestruturas, bem como de material didático. Estas insuficiências são ainda acentuadas pelo fato dos docentes usufruírem de ordenados pouco atrativos, pela:

ausência de políticas públicas de regulação, condicionantes que foram agravando a situação do ensino superior, sendo cada vez menor o número de alunos que conseguia concluir a licenciatura no tempo estipulado, levando cerca de três vezes mais do que o tempo normal de estudos (KAJIBANGA: 2000, p.10-11).

Na realidade, à medida que o aluno progredia, mais dificuldades enfrentava para dar continuidade aos estudos, uma vez que o número de vagas escasseava por falta de espaço e de professores, levando a uma política de formação superior no exterior, nomeadamente com os países socialistas amigos (URSS e Cuba). De fato, até 1991, a política do Estado angolano em relação ao ensino superior alternou entre a formação superior dentro do país e o envio de bolsiros para o exterior. Nesse período (1975-1991), “*foram formados no interior de Angola 2.174 técnicos superiores e de 1982 a 1992 foram formados um total de 1.733 técnicos superiores em vários países da Europa (ocidental e oriental), da América Latina e da América do Sul*” (ZAU, 2002, p.137).

A abertura do país à economia de mercado a partir de 1991, traduziu-se numa maior exigência nas qualificações das ofertas de emprego, levando a um aumento considerável da procura por este nível de ensino. Se, por um lado, as habilitações escolares dos angolanos aumentaram, por outro, sobretudo para os indivíduos do sexo masculino, o fim da guerra civil significou o fim da obrigatoriedade do serviço militar, estando os mesmos abertos à possibilidade de exercerem uma atividade profissional fora desses domínios.

A Qualificação de recursos Humanos como Estratégia de Desenvolvimento

“Mais velhos”, “jovens” e “mais jovens”, fizeram questão de salientar a importância da formação superior realizada no exterior na sua trajetória de vida e profissional, manifestando assim o seu desejo de contribuir para o desenvolvimento de Angola. Nesta fase de reconstrução pós-guerra que Angola atravessa, a ideia de desenvolvimento tem assumido particular importância no discurso dos angolanos em geral, resultado do recente crescimento económico que se verifica, do *boom* da reconstrução de infraestruturas, do crescente investimento estrangeiro, do aumento da oferta de emprego qualificado, entre outras. Esse novo cenário, de desenvolvimento económico, enfatiza ainda o papel da educação em todo esse processo pois é vista como o “*fator chave na formação de capital humano e também uma das forças motoras do desenvolvimento*” (PNUD-Angola, 2002, p.25).

A realização da formação superior no exterior é entendida pelos entrevistados como uma oportunidade que tiveram para usufruírem de melhor formação. Do ponto de vista individual, essa oportunidade é vista ainda como o melhor investimento que fazem pois, no regresso a Angola, perspectiva-se

melhor integração profissional, que se traduz em melhor rendimento e consequentemente, em melhores condições de vida. Há, no entanto, que se ter em conta também, uma perspectiva macro dessa formação superior realizada no exterior, isto é, os benefícios para Angola do retorno de quadros angolanos formados. Recursos humanos qualificados respondem melhor aos desafios que a sociedade enfrenta, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que os entrevistados salientaram o seu desejo de retorno a Angola, poderem não só exercer a sua profissão, mas igualmente transmitir os conhecimentos que adquiriram no exterior àqueles que não tiveram a mesma oportunidade dando assim continuidade à qualificação de recursos humanos. No entanto, em resultado das diferentes trajetórias de vida, educativas e profissionais, cada grupo geracional assume diferentes perspectivas em relação não só ao seu contributo para o desenvolvimento, como também em relação às suas expectativas.

Assim, quando nos referimos à percepção da relação entre formação superior e desenvolvimento, a primeira questão prende-se imediatamente com o próprio conceito de desenvolvimento. Quando questionada sobre o significado que atribuem a este conceito, a geração dos “mais velhos” faz de imediato uma distinção entre desenvolvimento económico e desenvolvimento humano.

Desenvolvimento para mim não é só a criação de negócios. Para mim o desenvolvimento tem que ser humano. Estamos no bom caminho, mas ainda estamos muito longe. Estamos no caminho do desenvolvimento, mas temos que dar mais atenção à juventude. Angola perdeu os valores. A nova geração ou conheceu a guerra ou está a conhecer Angola no pós-guerra e claro que sem valores (sexo masculino, 50 anos, licenciado em relações internacionais, consultor e professor universitário).

Outro entrevistado relaciona desenvolvimento com crescimento económico.

As perspectivas são boas. Estamos a crescer. O desenvolvimento é uma outra etapa. O desenvolvimento já implica qualidade, acabar com a fome, reduzir a pobreza, qualidade de vida, outros padrões. Neste momento só estamos a crescer. Temos boas perspectivas de futuro. O desenvolvimento é o cume e primeiro temos que crescer e fazer a verdadeira distribuição (sexo masculino, 59 anos, mestre em auditoria e direito bancário, professor universitário).

Esta geração vai assim ao encontro do conceito de desenvolvimento humano criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990. Esse conceito centra o desenvolvimento na pessoa

humana e na satisfação das suas necessidades básicas para que tenham “*vidas longas, saudáveis e criativas*” (PNUD, 1990, p.9), bem como oportunidades de escolha “*liberdade política, direitos humanos garantidos e o respeito próprio*” (PNUD, 1990, p.33).

Os “jovens” fizeram igualmente essa distinção entre desenvolvimento económico e desenvolvimento humano, porém mostraram ter um posicionamento crítico em relação ao desenvolvimento económico que se verifica em Angola, questionando a sua sustentabilidade, distinguindo na sua crítica “crescimento” de “desenvolvimento” económico.

Estamos na fase do crescimento, não do desenvolvimento. Estamos na fase do “crescimento económico”. Não há rede de transportes públicos funcional. A cidade está a crescer de forma desordenada, não há estudos. O crescimento económico não está a ser sustentado. Não se criam estradas, escolas, arruamentos, canalizações de água e esgotos, instalação elétrica. (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Um outro entrevistado “jovem” relaciona crescimento com desenvolvimento, ainda que questione os beneficiários do desenvolvimento.

Por um lado, sim há desenvolvimento porque há construção. Mas as coisas que se fazem não são para os nacionais porque os preços que aplicam são incompatíveis. Constroem-se casas, mas quem compra são as pessoas que já têm casas, são sempre os mesmos. Os jovens precisam de casas e emprego, mas não há. Quando há desenvolvimento também há o outro lado. Quando a educação começar a melhorar talvez se veja melhoria no resto. (sexo feminino, 34 anos, licenciada em Gestão e Marketing, gestora).

Os “mais jovens” assumem um posicionamento menos crítico em comparação com os “jovens” e tendem a concentrar-se preferencialmente no desenvolvimento económico, não desvalorizando o desenvolvimento humano, mas pela sua juventude, apresentam uma abordagem mais materialista dos efeitos da educação naquilo que consideram “desenvolvimento”.

Não sei se é bom o caminho, mas está a desenvolver-se. Em alguns aspetos está melhor e noutros está pior. A cidade está a ficar mais cidade, mais internacional, mas não sei se é bom ou não (sexo feminino, 24 anos, licenciada em cinema e audiovisual, técnica de audiovisual).

Está muito diferente. Já vemos empresas privadas e investimento. Claro que ainda temos muito trabalho e muita coisa tem que mudar, mas antigamente a vida era mais difícil. Agora temos mais facilidades (sexo feminino, 22 anos, licenciada em psicologia).

Se, como defende o PNUD, o objetivo principal do desenvolvimento é a criação de um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas então, de acordo com os entrevistados, essa realidade não se verifica em Angola.

Se formos a ver o bem-estar desse povo, este povo é o mais sofrido do mundo, o sistema de saúde está de rastos, mata mais do que cura, não tem material médico, não tem profissionais de saúde, ninguém se responsabiliza, as condições de higiene são assustadoras (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Aqui em Luanda não se vive. Quem diz que em Luanda as coisas estão boas é mentira. Como podes viver bem se não tens água na torneira, não tens energia. Para podes os teus filhos na escola tens que pagar senão ele não vai a escola. Até o trânsito está a matar muita gente e não é só mais velhos, muitos jovens estão a ter ataques do coração por causa do stress (sexo masculino, 37 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Assim, do ponto de vista desses entrevistados, prevalece atualmente em Angola a ideia do crescimento económico que, em vez de contribuir para a melhoria das condições de vida da população angolana, tem tido o efeito contrário como nos mostra o próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

Procurámos igualmente averiguar junto dos nossos entrevistados qual o papel de cada um no processo de desenvolvimento angolano. Todos foram unânimes em afirmar que estão a trabalhar para o desenvolvimento de Angola:

Neste momento estamos a lançar as bases para o desenvolvimento do país, temos que começar por algum lado. Angola já está a formar quadros dentro do país (sexo masculino, 60 anos, doutorado em Relações interculturais, consultor).

Estou a trabalhar nesse sentido, de ajudar para o desenvolvimento de Angola. Regressei a Angola para dar o meu contributo (sexo masculino, 37 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Sim. Achei que tinha que voltar e quero dar o meu contributo porque acho que somos nós que construímos as cidades. Quero estar em Luanda e ajudar neste processo de reconstrução (sexo masculino, 23

anos, mestre em gestão de empresas, técnico de audiovisual).

Esse contributo passa essencialmente pelo desempenho da sua atividade profissional.

Sim, de certa forma dou o meu contributo. Dou aulas a jovens que serão os futuros governantes e trabalhadores deste país (sexo masculino, 59 anos, mestre em auditoria e direito bancário, professor universitário).

Sim, contribuo tanto a nível da influência na opinião, dando voz e visibilidade a demandas e expectativas presentes na sociedade, quanto no âmbito da Conferência Nacional da Sociedade Civil, e ainda na universidade, na formação de futuros profissionais em ciências sociais (sexo feminino, 58 anos, doutorada em sociologia, professora universitária).

Claro que sim. Trabalho para isso todos os dias e faço seleção e recrutamento para candidatos para formação tendo sempre em vista darmos o nosso contributo ao país (sexo masculino, 38 anos, licenciado em ciências policiais, consultor de segurança).

Reconhecem que o seu contributo só é possível devido à formação superior que obtiveram no exterior.

A formação adquirida no exterior é a minha base de trabalho. Se não tivesse essa formação não teria perspectivas de vida (sexo feminino, 34 anos, licenciada em Gestão e Marketing, gestora).

A formação adquirida no exterior tem sido decisiva no desempenho das minhas funções atuais, não só no meio académico como também na sociedade civil (sexo feminino, 58 anos, doutorada em sociologia, professora universitária).

Mas para outros, mais importante que o desenvolvimento do país é o seu próprio desenvolvimento.

Estou a trabalhar naquilo que gosto e isso para mim é mais importante do que estar a trabalhar para o país e se uma coisa leva a outra ainda melhor. Dou o meu contributo naquilo que sei e que gosto e neste momento estou satisfeita (sexo feminino, 24 anos, licenciada em cinema e audiovisual, técnica de audiovisual).

Os “jovens” afirmam o seu contributo, porém, salientam igualmente os entraves que têm encontrado na prossecução dos seus objetivos e que têm condicionado o seu desempenho.

Nem sempre as ideias são bem aceites, ou porque estudei fora ou porque nunca foi aplicada em nenhum outro lado, ou porque sou mulher. Não está a ser fácil. Eu quero poder contribuir com aquilo que aprendi, mas encontro muitas barreiras, por isso ando sempre a mudar de emprego, não pelo salário, mas sim porque me farto do ambiente e das pessoas. Mas temos que lutar por aquilo que queremos (sexo feminino, 34 anos, licenciada em Gestão e Marketing, gestora).

Gostaria de fazer mais, mas a estrutura hierárquica da sociedade cria-nos muitas barreiras. O nosso trabalho não é reconhecido. Aqui não implementas nada de novo, não tens espaço para isso. És logo barrado porque és visto como aquela pessoa que vai fazer sombra ao chefe e tirar-lhe o lugar (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Mas há igualmente quem afirme:

Tenho encontrado muito incentivos e tenho boas perspectivas de futuro. Só assim conseguiremos levar Angola no bom caminho (sexo masculino, 27 anos, licenciado em administração).

Os entrevistados que se enquadram no grupo dos “jovens” são vistos como aqueles que saíram do país no período em que este mais precisava de mão-de-obra qualificada e que, agora no regresso, ambiciona ocupar o lugar de quem se manteve em Angola, constituindo sobretudo uma “ameaça” às posições mais elevadas.

Em relação aos “mais jovens”, embora também sintam alguns condicionalismos, a pressão não é tão evidente como aquela que é sentida pelos jovens.

Nem sempre somos bem aceites. Depende onde fores trabalhar e como entraste naquele emprego. (sexo feminino, 22 anos, licenciada em sociologia)

Com um longo caminho ainda pela frente em termos de desenvolvimento humano, os angolanos formados no exterior mostram-se expectantes em relação ao futuro e afirmam esforçar-se por cumprir com o seu papel de modo a contribuírem para o desenvolvimento de Angola. Para o efeito, atribuem a essa formação superior a principal responsabilidade.

Os “mais velhos”, reconhecem que tiveram uma progressão profissional dentro do organismo a que estavam vinculados

Fui para o exterior fazer Relações Internacionais. Quando sai era consultor aqui no ministério e quando regresssei mudei para a área de cooperação internacional e hoje sou chefe do departamento. Por outro lado, ainda consigo dar aulas à noite na universidade (sexo masculino, 50 anos, licenciado em relações internacionais, consultor e professor universitário).

Reconhecem que as novas perspectivas de desempenho profissional se devem a essa formação e apontam como exemplo a possibilidade de lecionarem em universidades.

Eu agora já me reformei das minhas funções anteriores. Mas com a formação que adquiri continuo a trabalhar. Dou aulas na universidade, mas também trabalho por conta própria. Se não tivesse adquirido essa especialização não conseguia fazer nenhuma dessas coisas (sexo masculino, 59 anos, mestre em auditoria e direito bancário, professor universitário).

Para os “herdeiros”, a formação superior adquirida em Portugal tem permitido melhor integração profissional, bem como perspectivas de progressão na carreira:

A minha formação permitiu-me sair da polícia e concorrer a esta empresa onde sou o responsável pela segurança. Estou em constante contato com a sede da empresa no exterior. Se não tivesse adquirido essa formação nem pensar que estava aqui (sexo masculino, 38 anos, licenciado em ciências policiais, consultor de segurança).

Claro que progredi. Antigamente eu fazia bicos, o que aparecesse e me pagassem, eu fazia. Agora sou professor universitário e trabalho como jornalista. Atualmente estou muito bem em relação ao passado (sexo masculino, 34 anos, licenciado em comunicação, jornalista).

De igual modo, sentem um reconhecimento social pelo esforço e investimento em formação.

De certeza que se tivesse estudado aqui não teria as mesmas oportunidades. Tenho mudado de emprego de seis em seis meses e sempre para melhor e sei que isso acontece porque estudei lá fora (sexo feminino, 34 anos, licenciada em gestão e marketing, gestora).

Porém, afirmam que esse reconhecimento se fica pelo valor do diploma, não se traduzindo numa melhoria das condições económicas, sobretudo para aqueles que desempenham a sua atividade na administração pública, daí

acumularem diversas funções.

Eu sou técnico superior aqui no ministério mas no entanto à noite tenho que ir dar umas aulas para ver se ganho mais algum. A vida aqui em Luanda está muito cara e os funcionários públicos ganham conforme a tabela, não interessa a tua formação (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Destacam-se por serem uma minoria com preparação técnica reconhecida para ocuparem lugares de destaque, seja em empresas privadas seja na administração pública, o que lhes permite ter boas perspectivas de progressão na carreira.

Depois do curso claro que ocupei sempre lugares de destaque. Já não era o simples servente das obras. Passei a ser responsável pelas obras. A responsabilidade aumentou (sexo masculino, 34 anos, engenheiro civil, diretor de obra).

Referem o fato de encontrarem barreiras no acesso às posições hierárquicas mais elevadas, justificando como estando ainda dependente de ligações aos centros de poder

Mesmo na procura de emprego, para quem vem de fora tem que ter cunha pois é muito difícil. A formação só por si não nos abre portas. Tem que saber como é que o currículo chegou à empresa e entra primeiro quem tem maior influência. A cunha passa sempre a frente (sexo feminino, 27 anos, licenciada em psicologia, técnica de recursos humanos).

Infelizmente ainda hoje precisas de cunha para progredir e as mentalidades não mudaram nada. No que toca ao estado não mudou nada e não estou a ver a mudar tão cedo. A pertença ao partido ainda é uma condição muito forte e essencial de progressão na carreira (sexo masculino, 38 anos, licenciado em ciências policiais, consultor de segurança).

Para os “mais jovens” ainda em início de carreira, as repostas à sua formação por parte do mercado de trabalho têm sido positivas.

Assim que acabei o curso tive logo propostas de emprego em Angola. E regresssei e cá estou eu (sexo masculino, 23 anos, mestre em gestão de empresas, técnico de audiovisual).

Sendo que a maioria ainda se encontra em situação do primeiro emprego, esperam conseguir evoluir na carreira a medida que vão adquirindo experiência

Ainda estou a começar a aplicar aquilo que aprendi, a ver como se fazem as coisas na prática. Daqui a um tempo sim espero estar a fazer coisas diferentes, que reconheçam o meu trabalho e confiem em mim (sexo feminino, 22 anos, licenciada em sociologia).

Todos os entrevistados acreditam que a formação superior realizada fora do país lhes “abre portas” e lhes proporciona oportunidades que não teriam se tivessem feito o ensino superior em Angola, que lhes dá uma estabilidade laboral e lhes permite terem melhores perspectivas de ascensão social.

O contato com outras culturas, outra realidade social, bem como a vivência num ambiente democrático influenciaram de igual forma a personalidades desses entrevistados, que regressam a Angola como novas ideias, novas perspectivas, novos valores, que, como ficou patente, se contrapõem à “norma” estabelecida. “Mais velhos”, “jovens” ou “mais jovens” ambicionam apenas desempenhar as suas funções em Angola e contribuir assim para a reconstrução do país, bem como a melhoria das condições de vida em Angola.

Conclusão

Os diferentes momentos históricos que marcam o desenvolvimento de Angola enquanto Nação relativamente recente, refletiram-se nas gerações de estudantes que partiram para o exterior para realizarem a sua formação superior, como testemunham as entrevistas que realizamos no âmbito do presente estudo. Assim, identificamos três grupos de estudantes – “mais velhos”, “jovens” e “mais jovens” – com diferentes perfis, logo, com vivências diferenciadas. Para estes informantes, a realização da formação superior no exterior tem um impacto positivo na sua trajetória de vida bem como na sua trajetória profissional, depois do seu regresso a Angola, pois consideram-se mais capacitados para responderem aos desafios que Angola enfrenta nesta fase de reconstrução pós-guerra. De igual modo, sentem-se mais capazes de desempenharem as suas funções, o que, em termos gerais, se traduz em maior contributo para o processo de desenvolvimento. A educação e formação superior, além de ser entendida pelo governo angolano como o caminho para o desenvolvimento, é igualmente entendida pelos entrevistados como a principal “arma” neste longo caminho que Angola apenas começou a percorrer.

Referências

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? da teoria à prática, **Caderno de Estudos Africanos**, Lisboa, nº 4, p. 35-70, 2003.

FARIA, Margarida. & LIBERATO, Ermelinda. Formação avançada e desenvolvimento: o caso de Angola, in COSTA, Ana Bénard & FARIA, Margarida (org.). **Educação e Desenvolvimento: estudantes africanos em Portugal**, Lisboa, Almedina, pp. 133-182, 2013.

FARIA, Margarida Lima. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidade portuguesas, **Proposições**, XX, (1) (58), p. 45-63, 2009.

KAJIBANGA, Victor. **Ensino superior e dimensão cultural de desenvolvimento**. Porto: CEAUP, 2000.

LEWIS, Arthur. **A teoria do desenvolvimento económico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

PNUD – Angola. **Os desafios pós-guerra**. Luanda: Nações Unidas, 2002.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**, 2010.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**, 1990.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

TODARO, M. **Introdução à economia: uma visão para o Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

The importance of Higher Education to Angola's development process

ABSTRACT

The educational policy for higher education in Angola was, for many years, focused on sending students to abroad educational institutions. If during the colonial period alternatives passed mainly by Portugal, after independence and the beginning of civil war, the allied countries (socialists) became the favorite ones for Angola's students. With the collapse of communism governments, the adoption of a liberal policy and then the end of the armed conflict, Angola enters a new phase in which higher education and the qualification of human resources have a leading role regarding its post-war reconstruction and socio-economic development process.

Keywords: education, higher education, Angola, development.